

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.870 - PE (2019/0334702-3)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : LEON HEIMER S/A
RECORRIDO : ALGOBOM INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA
OUTRO NOME : BRATEST INDUSTRIAL E COMERCIO DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA
RECORRIDO : SUPERMERCADO O GONZAGAO LTDA
RECORRIDO : ALPAR REPRESENTACAO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA
RECORRIDO : ALPAR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
ADVOGADOS : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - SP128341
RENATA PATRICIA DE LIMA CRUZ MALINCONICO - PE027554

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela FAZENDA NACIONAL, em 04/06/2012, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AVISO PRÉVIO INDENIZADO E DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO PROPORCIONAL AO AVISO PRÉVIO. NÃOINCIDÊNCIA. HORAS EXTRAS, ADICIONAIS NOTURNO, DE PERICULOSIDADE, DE INSALUBRIDADE E DE TRANSFERÊNCIA. INCIDÊNCIA. COMPENSAÇÃO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. NECESSIDADE.

1. O Plenário do Col. STF, nos autos do RE 566621/RS, em 04/08/11, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 4º, segunda parte, da LC nº 118/05, tendo considerado que o novo prazo de cinco anos para a repetição de indébito tributário deve ser aplicado às ações interpostas após a sua vigência, que se iniciou em 09/06/05, tese, recentemente, albergada também no eg. STJ (2ª T., AgRg no REsp 1265093-PR, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 13.09.2011).

2. Hipótese na qual se acham fulminados pela prescrição os recolhimentos efetuados há mais de cinco anos, contados da propositura da ação, tal como assentado na sentença.

3. Não incide a contribuição previdenciária sobre a remuneração paga pelo empregador ao empregado a título de aviso prévio indenizado e décimo terceiro salário proporcional ao aviso prévio, dada sua natureza remuneratória. Precedentes do eg. Superior Tribunal de Justiça.

4. Legitimidade da incidência da contribuição previdenciária patronal sobre os valores pagos a título de horas extras, adicionais noturno, de insalubridade, de periculosidade e de transferência, em face da reconhecida natureza remuneratória dessas verbas. Precedentes.
5. Os valores recolhidos indevidamente a título de contribuição patronal apenas podem ser compensados com débitos vincendos alusivos a tributos desta mesma espécie, nos termos da Lei nº 8.383/91, sendo inaplicável a autorização prevista no art. 74 da Lei nº 9.430/96, em razão da vedação constante no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 11.457/07.
6. Compensação antes do trânsito em julgado inviabilizada, ante a inteligência do art. 170-A do Código Tributário Nacional e a jurisprudência assentada pela 1ª Seção do Eg. STJ.
7. A SELIC já engloba os institutos da correção monetária e dos juros de mora, pelo que, a partir de 01/01/96, não há ensejo para incidência dos juros moratórios previstos no CTN, sob pena de ocorrência de bis in idem.
8. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o REsp nº 1.111.164/SP submetido ao regime dos recursos repetitivos (art. 534-C do CPC), assentou a tese de que é indispensável a comprovação dos recolhimentos indevidos quando o pedido envolve elementos da própria compensação ou outra medida executiva que tem como pressuposto a efetiva realização da compensação.
9. Direito à compensação tão-somente quanto aos recolhimentos efetivamente comprovados nos autos.
10. Apelação parcialmente provida" (fls. 505/506e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 508/509e e 512/520e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

Os embargos de declaração têm ensejo quando há obscuridade, contradição ou omissão no julgado e, por construção pretoriana integrativa, erro material.

Hipótese em que não há no acórdão impugnado nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto.

Embargos improvidos" (fl. 525e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da

Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 22 e 28, § 9º, da Lei 8.212/90, e 457 e 458 da CLT, sustentando o seguinte:

"Trata-se de acórdão que deu provimento ao agravo de instrumento do contribuinte para suspender a exigibilidade da contribuição previdenciária relativa ao AVISO PRÉVIO E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO PROPORCIONAL.

Referida decisão, data maxima venha, não merece a chancela deste eg. STJ, porquanto se encontra em dissonância com o ordenamento jurídico em vigor.

(...)

O artigo 195, I, 'a' da Constituição Federal prevê a contribuição sobre a 'folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício'.

Já o art. 22 da Lei 8.212/91, nos moldes do texto constitucional, estabelece a AMPLA incidência da contribuição previdenciária sobre o total da remuneração, paga a qualquer título, ao empregado ou trabalhador avulso, verbis:

(...)

A hipótese de incidência da contribuição previdenciária, prevista pelo texto constitucional em primeira ordem, é a REMUNERAÇÃO PAGA A QUALQUER TÍTULO, abrangendo, assim, TODAS as verbas que POSSAM SER CLASSIFICADAS COMO REMUNERATÓRIAS, dentre as quais, por afastamento em razão de doença, assim como o salário-maternidade, o abono constitucional de férias e as férias, pagos aos empregados das pessoas jurídicas, eis que estas verbas não perdem sua natureza salarial pelo fato de serem pagas eventualmente ou apenas uma vez a cada ano.

O que se paga ao empregado tem, em regra, salvo as exceções legais e as verbas de caráter indenizatório, natureza salarial, como decorrência do contrato de trabalho e, em conseqüência, trata-se de quantia incluída no conceito de folha de salários das empresas.

Recorde-se, também, que é objetivo da Seguridade Social a 'diversidade da base de financiamento' do sistema, como nos mostra o inciso VI do art. 194 da Constituição. Essa norma indica a possibilidade da legislação ordinária incluir, como fato gerador das contribuições sociais, o maior número possível de atos ou fatos, respeitados, os princípios constitucionais tributários e o campo de incidência tributário delimitado pelo próprio art. 195.

Tal espírito constitucional ampliador do financiamento da Seguridade

Social encontra forte ressonância na norma do § 4º do art. 201 da Carta Política, com a redação anterior à EC n. 20/98:

(...)

A interpretação do art. 22 da lei 8.212/91 defendida pelo contribuinte extrapola o conceito de remuneração, analisado sob a égide da legislação trabalhista, cujo conceito não pode ser desvirtuado pela legislação tributária, sob pena de ofensa ao art. 110 do CTN:

(...)

Vejamos o que dispõem os artigos 457 e 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que tratam, especificamente, sobre os conceitos de remuneração e de salário:

(...)

Nos moldes da CLT, a remuneração envolve todas as parcelas de natureza salarial recebidas pelo empregado, mesmo as que não consistem em salário propriamente dito, tais como as gorjetas.

A legislação trabalhista, ao utilizar os termos salário e remuneração, diferencia as verbas pagas diretamente pelo empregador daquelas que não são desembolsadas por ele, embora sejam resultado do trabalho realizado pelo empregado, no âmbito da relação contratual. Essa distinção, no entanto, tem o intuito de dar relevo ao caráter salarial das verbas remuneratórias, delineando nitidamente a dessemelhança com outras figuras de natureza indenizatória.

A exegese estrita defendida pela agravante, no tocante ao art. 22 da lei 8.212/91, revela-se apartada do conteúdo e do alcance definido pela CLT quanto à contraprestação recebida pelo empregado, a qual, como visto, não se limita ao salário propriamente dito, compreendendo todas as verbas de cunho salarial.

Ofende, ainda, a norma contida no art. 195, I, da Constituição Federal de 1988, nos termos da EC 20/98.

As VERBAS que não têm caráter REMUNERATÓRIO foram expressamente mencionadas, tanto na CLT quanto na legislação de custeio vigente, em específico no art. 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91, excluindo-se a incidência da contribuição previdenciária APENAS sobre tais verbas.

Assim, o fato gerador referido no art. 195, inciso I, da Constituição envolve todas as verbas alcançadas pelo empregador, a título de remuneração, ao empregado que lhe presta serviços. Importa verificar a natureza dos pagamentos feitos ao empregado. A prescrição constitucional restou observada na Lei nº 8.212/91, sendo arrolados os casos em que não está presente a natureza salarial no § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212/91.

Vejam os entendimentos do STF em caso análogo, sobre a natureza dos valores que estão sujeitos à incidência da contribuição previdenciária:

(...)

Ademais, como foi ressaltado, o art. 28, § 9º da Lei 8.212/91 elenca, de forma expressa, as parcelas pagas pelo empregador que não integram o conceito de remuneração para fins de incidência da contribuição previdenciária. Não se encontram neste rol as verbas ora discutidas. Razão pela qual a pretensão da empresa agravante encontra não apenas óbice constitucional, mas legal, tanto pela clara redação do art. 22 da lei 8.212/91, quanto pela definição contida no art. 28, § 9º, da mesma lei.

Deve-se ter em mente que a aplicabilidade dos dispositivos do art. 28, § 9º, da Lei 8.212/91 apenas poderia ser afastada se declarada a inconstitucionalidade do mesmo, fato que enseja a aplicação do disposto no art. 97 da CF/88, in verbis:

(...)

É certo que não poderá a Colenda Turma Julgadora declarar a inconstitucionalidade da referida lei sem submeter à matéria ao exame do egrégio Colegiado ou mesmo declarar a inconstitucionalidade referida sem a invocação do eventual precedente do Pleno, sob pena de nulidade do v. acórdão, pois que estará em evidente confronto com o aludido art. 97 da CF/88.

Demonstrado o fundamento constitucional e legal que definem a incidência da contribuição previdenciária sobre a REMUNERAÇÃO INTEGRAL, evidencia-se o desacerto da decisão recorrida ao afastar a incidência da contribuição previdenciária sobre as verbas discutidas.

É de ser reformado, portanto, o v. acórdão recorrido" (fls. 556/561e).

Por fim, requer "seja admitido e provido o presente Recurso Especial. Reformando-se o acórdão de molde a restabelecer a incidência da contribuição previdenciária sobre as verbas discutidas neste processo" (fls. 561/562e).

Contrarrazões a fls. 602/618e.

Foi determinada "a suspensão do recurso até o pronunciamento do STJ nos autos do REsp nº 1.230.9571RS, em consonância com o art. 543-C, § 2º, do CPC, c/c o art. 2º, § 2º, da Resolução nº.08/2008/STJ" (fl. 640e).

Em juízo de retratação, o Tribunal negou provimento à Apelação do contribuinte (fls. 443/460) "somente quanto a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre os valores pagos a título de décimo terceiro salário proporcional ao aviso prévio" (fl. 684e).

A Fazenda Nacional interpôs Agravo regimental (fls. 687/691e), ao qual fora negado provimento, consoante acórdão com a seguinte ementa:

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. RE 565.160/SC. POSSIBILIDADE DE ADEQUAÇÃO POR DECISÃO MONOCRÁTICA. NATUREZA DAS VERBAS. CARÁTER INFRACONSTITUCIONAL. IMPROVIMENTO.

1. Trata-se de agravo interno manejado pela Fazenda Nacional em face da decisão que, nos termos do art. 1.030, II do CPC, negou provimento à apelação do impetrante, no sentido de reconhecer a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre os valores pagos a título de horas extras e salário maternidade, em vista do RE 565.160/SC, sob o regime de repercussão geral.

2. É perfeitamente possível que o Relator, monocraticamente, promova a adequação do julgamento colegiado, nos casos em que este for devolvido pela Vice-Presidência do Tribunal para reapreciação em razão de ser contrária a acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça sob a sistemática da repercussão geral ou de recursos repetitivos. Tal entendimento foi adotado por esta egrégia Terceira Turma, na sessão do dia 8 de março de 2018, quando do julgamento do Agravo Interno na AC 424351/CE (2007.05.00.061842-9/01). Com efeito, como o relator tem o poder de dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos (CPC, art. 932, V, b), não se mostraria lógica eventual interpretação segundo a qual a adequação dos julgados somente poderia se dar pelo próprio órgão julgador colegiado. O princípio da colegialidade, no caso, foi mitigado pelo próprio CPC para dar fluidez ao trâmite dos recursos que versem sobre questões que foram definidas pelos tribunais superiores. Se o recurso poderia ser julgado pelo próprio relator, também o re julgamento pode se dar da mesma forma, pois o fundamento é exatamente o mesmo: dar celeridade a processos que tratam de matéria pacificada pelo STF ou pelo STJ, reduzindo sobremaneira as pautas dos colegiados.

3. Esta 3.^a Turma já teve a oportunidade de se manifestar sobre os efeitos da decisão proferida pelo STF no RE n.º 565.160/SC em relação à questão da definição de quais verbas teriam natureza indenizatória ou remuneratória para fins de incidência das

contribuições previdenciárias patronais, tendo entendido que, naquele julgado do STF, foi firmada posição no sentido de não competir àquela Corte Suprema a fixação da natureza indenizatória ou remuneratória das verbas pagas aos empregados, por se tratar de matéria infraconstitucional.

4. Deve ser afastada a incidência de contribuição previdenciária patronal sobre verbas que não se destinam a retribuir o trabalho, considerando-as verbas de natureza indenizatória, pois inexistente nesse período a efetiva prestação de serviço, fato que descaracteriza a natureza salarial de tais valores, não se adequando à hipótese de incidência prevista no art. 22, I, da Lei 8.212/91.

5. Agravo interno improvido" (fls. 707/708e).

Opostos Embargos Declaratórios (fls. 711/721e), restaram rejeitados, nos termos da ementa a seguir:

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RE 565.160/ISC. NATUREZA JURÍDICAS DAS VERBAS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 DO CPC. IMPROVIMENTO.

1. Embargos de declaração em que a Fazenda Pública argumenta a favor da natureza remuneratória das verbas de adicionais de hora extra, periculosidade, transferência e noturno.

2. A decisão de fls. 675-676 teve como escopo adequar o acórdão da Terceira Turma ao RE 565.160/SC. Dessa forma, amparado no art. 1.040, II do CPC, negou provimento à apelação do impetrante tão somente quanto ao 13º salário proporcional ao aviso prévio. Os demais termos do acórdão permaneceram incólumes, ou seja, aos adicionais de horas extras, noturno, periculosidade, insalubridade e de transferência entende-se em plena consonância com a tese fixada ao RE paradigma e aos precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

3. Ausentes os requisitos do art. 1.022 do CPC.

4. Embargos de declaração conhecidos e improvidos" (fl. 733e).

Petição da Fazenda Nacional a fls. 737/743e, na qual requer "a remessa dos autos à Vice-presidência, pois essa col. Turma não exerceu o juízo de retratação, mantendo o acórdão recorrido nos termos em que fora prolatado, para, que seja efetuado o juízo de admissibilidade dos Recursos Extraordinário e Especial; e, reitera, em todos os seus termos, o Recursos Extraordinário e o Recurso Especial" (fl. 742e).

Decisão da Vice-Presidência a fl. 744e determinando o sobrestamento do

recurso, tendo em vista que "uma das matérias discutidas nos autos encontra-se afetada, pelo STJ, ao julgamento sob o rito de Recurso Repetitivo, no REsp 1.365.095/SP (Tema 118)".

Agravo interno interposto pelo contribuinte contra decisão que determinou o sobrestamento (fls. 747/757e).

A fls. 764/768e, decisão do Tribunal de origem, pontuando que "o Superior Tribunal de Justiça julgou a tese fixada nos REsp 1.365.095/SP e 1.715.256/SP (acórdãos publicados no DJe de 11/3/2019), explicitando o definido no REsp 1.111.164/BA (Tema 118)" (fl. 764e), e proferindo novo juízo de admissibilidade, nos seguintes termos, no que interessa à espécie:

"Ao se debruçar sobre os fólios, cumpre consignar que a controvérsia gira em torno da incidência de contribuição sobre: (a) horas-extras; (b) adicional noturno; (c) adicional de periculosidade; (d) adicional de insalubridade; (d) adicional de transferência; (e) aviso-prévio indenizado e 13º salário proporcional correspondente. No mais, controverte-se acerca da (1) compensação.

O acórdão deu parcial provimento à apelação, para afastar a incidência da contribuição previdenciária sobre a verba paga ao empregado a título de aviso prévio indenizado e décimo terceiro salário proporcional ao aviso prévio indenizado (fis. 504). O particular interpôs Recurso Especial (fls. 524) e A Fazenda Nacional, por seu turno, interpôs Recursos Especial (fis. 547) e Extraordinário (fis. 555). É, portanto, o caso de se promover novo exame de admissibilidade dos recursos extraordinário e especial manejados pelo Ente Público e pelo Particular.

Foram observados os requisitos gerais de admissibilidade extrínsecos (tempestividade, regularidade formal e preparo) e os intrínsecos (cabimento, legitimação, interesse recursal e inexistência de fato impeditivo do poder de recorrer), tendo sido prequestionada a matéria objeto do recurso e articulada a preliminar de repercussão geral.

(...)

B) Recursos do ente público.

Exame de admissibilidade do Recurso Extraordinário:

(...)

Exame de admissibilidade do Recurso Especial:

Assevera o Ente Público a existência de violação, por parte do aresto hostilizado, ao art. 22, I e §2º e 28, §9º, da Lei 8.212/91, sob a alegação de que o julgado afastou a incidência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de aviso prévio indenizado e o décimo terceiro proporcional, que lhe é consectário.

Parcela da matéria arguida no presente recurso foi julgada pelo STJ sob o regime dos recursos repetitivos (art. 1036 do CPC), no RESP 1.358.281/SP, no sentido de que os 'adicionais noturno e de periculosidade, as horas extras e seu respectivo adicional constituem verbas de natureza remuneratória, razão pela qual se sujeitam à incidência de contribuição previdenciária', impondo-se reconhecer que o acórdão combatido está em desacordo com a orientação do STJ" (fls. 765/768e).

Tendo sido admitido, portanto, o Recurso Especial da Fazenda Nacional (fls. 555/562e), passo a sua análise.

A irresignação não merece prosperar.

Ao que se tem, a Fazenda Nacional pugna pela incidência da contribuição previdenciária sobre o aviso prévio e décimo terceiro salário proporcional.

No que se refere ao aviso prévio, o Tribunal de origem assim decidiu:

"Quanto à incidência da contribuição previdenciária sobre os valores pagos pelo empregador a título de aviso prévio indenizado, no entanto, prospera o pleito autoral, pois o STJ já, pacificou o entendimento segundo o qual não há tributação sobre a referida verba por não se destinar a retribuir o trabalho, possuindo cunho indenizatório" (fl. 500e).

Não merece reparo o entendimento adotado no acórdão recorrido.

Com efeito, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o Recurso Especial Repetitivo 1.230.957/RS, sob o rito do art. 543-C do CPC, decidiu pela não incidência de contribuições previdenciárias sobre o aviso prévio indenizado, por não se tratar de verba salarial.

A propósito:

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A TERCEIROS. SAT/RAT. MESMA SISTEMÁTICA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO. PRECEDENTES.

1. Esta Corte no julgamento do REsp 1.230.957/RS, sob o rito dos Recursos Repetitivos, Relator Min. Mauro Campbell Marques, decidiu que não incide contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado.

2.(...)

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.823.187/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 09/10/2019).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA. EXCLUSÃO. INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS DE REGÊNCIA. CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO E SÚMULA VINCULANTE 10 DO STF. OBSERVÂNCIA.

1. O Superior Tribunal de Justiça consolidou, em recursos especiais representativos da controvérsia (art. 543-C do CPC/1973), que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias usufruídas e indenizadas (REsp 1.230.957/RS); o aviso prévio indenizado (REsp 1.230.957/RS); e os 15 dias de afastamento que antecedem o auxílio-doença (REsp 1.230.957/RS), de modo que a decisão agravada aplicou a jurisprudência já pacificada no Superior Tribunal de Justiça para reformar o acórdão recorrido (art. 255, § 4º, II, 'c' do RISTJ).

2. Tal proceder não viola o preceito constitucional previsto no art. 97 da Constituição Federal, relativo à cláusula de reserva de plenário, tampouco a Súmula vinculante n. 10 do Supremo Tribunal Federal, visto que a decisão agravada procedeu à mera interpretação sistemática do ordenamento pátrio, sem a declaração de inconstitucionalidade da referida norma.

3. A interpretação de norma infraconstitucional, ainda que extensiva e teleológica, em nada se identifica com a declaração de inconstitucionalidade efetuada mediante controle difuso de constitucionalidade. Precedente.

4. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no AREsp 1.062.314/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/03/2018).

Quanto ao décimo terceiro proporcional ao aviso prévio, conforme relatado, verifica-se que, em juízo de retratação, o Tribunal de origem modificou o acórdão anterior, no ponto, passando a entender que incide a contribuição previdenciária sobre referida verba, considerando que "o Superior Tribunal de Justiça - STJ, já firmou entendimento no sentido de que os valores pagos a título de decimo terceiro salário proporcional ao aviso prévio, o que justifica a incidência da contribuição previdenciária patronal" (fl. 683e).

Nesse contexto, a pretensão recursal da Fazenda Nacional, quanto ao décimo terceiro proporcional, não pode ser conhecida, porquanto se mostra inútil, na medida em que pleiteia o que já restou decidido a seu favor na instância de origem.

De fato, "não se conhece do recurso interposto quando ausente o interesse recursal, pressuposto de sua admissibilidade" (STJ, AgRg no REsp 927.517/MG, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJe de 04/08/2008).

No mesmo sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO PELO PRAZO DE 180 DIAS. PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE. **AUSENTE O INTERESSE RECURSAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.** DECISÃO MANTIDA.

1. **Ausente o interesse recursal quando a pretensão deduzida no recurso especial foi devidamente atendida no julgamento do agravo de instrumento, uma vez que o Tribunal de origem decidiu nos termos das razões e do pedido deduzido no recurso ora em julgamento.**

2. Ao repisar os fundamentos do recurso especial, a parte agravante não trouxe, nas razões do agravo regimental, argumentos aptos a modificar a decisão agravada, que deve ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

3. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.278.819/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 29/06/2015).

"PROCESSO CIVIL. VERBAS RECEBIDAS POR PARLAMENTARES A TÍTULO DE AJUDA DE CUSTO E INDENIZAÇÃO PELO COMPARECIMENTO A SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A PARCELA AUFERIDA A TÍTULO DE AJUDA DE CUSTO. **AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL DA UNIÃO.**

1. Hipótese em que o agravo regimental se limita a atacar a natureza indenizatória da verba recebida por parlamentares a título de Ajuda de Custo, sobre a qual o Tribunal de origem declarou legítima a incidência do imposto de renda. Acórdão recorrido que não foi reformado pela decisão agravada, uma vez interposto recurso especial somente por parte da União.

2. **Ausente o interesse recursal, não se conhece do recurso.**

3. Agravo regimental não conhecido" (STJ, AgRg no AREsp 519.453/BA, Rel. Ministra MARGA TESSLER - Juíza Federal Convocado do TRF da 4ª Região, PRIMEIRA TURMA, DJe de 31/03/2015).

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SOBRESTAMENTO. DESNECESSIDADE. ART. 535, CPC. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL EM IMPUGNAR A ADMISSIBILIDADE POSITIVA DA APELAÇÃO DO ENTE PÚBLICO QUANDO A MATÉRIA TAMBÉM FOI CONHECIDA EM REMESSA DE OFÍCIO. (...).

(...)

3. O recurso especial não merece conhecimento quanto à interposição pela violação aos artigos 188 e 514, do CPC. **Isto porque ausente o interesse recursal, na medida em que o tema de fundo foi conhecido e julgado também em remessa necessária de modo favorável à Fazenda Nacional.**

(...)

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido" (STJ, REsp 1.260.595/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/08/2011).

"AGRAVOS REGIMENTAIS. RECURSO ESPECIAL. (...).

1. **Diante da ausência de qualquer proveito, no que toca às alegações referentes à capitalização mensal e à multa moratória, é de ser negado conhecimento à pretensão em tais pontos, porquanto ausente o necessário interesse recursal, em virtude de mostrar-se inútil a irresignação.**

(...)

6. AGRAVOS REGIMENTAIS NÃO PROVIDOS" (STJ, AgRg no REsp 886.220/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe de 24/03/2011).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial e, nessa extensão, **nego-lhe provimento**.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora